



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 77

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 06-03-2009

Aos seis dias do mês de Março de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Mesa Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Joaquim Manuel Silva Marques, Firmino Marques Ferreira, Vítor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, António Augusto Fontoura de Ataíde Guimarães, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, António Bastos Marques Rodrigues, Herculano Melo Parente, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Sofia Manuela Almeida Cunha, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, João Alberto Simões Barbosa, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues Santos, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, e Marília Fernanda Correia Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, António Bastos Marques Rodrigues, Herculano de Melo Parente, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, e Sofia Manuela Almeida Cunha, respectivamente.

A sucedânea na lista de candidatura, Paula Cristina Dias Urbano Antunes apresentou escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Tavares Marques, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha e Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, António Augusto Fontoura de Ataíde Guimarães, Octávio Manuel Rodrigues Santos e José Fernandes Pereira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Regulamento de Venda Ambulante no Município de Aveiro – proposta de alteração;

Ponto 3. – Regulamento Municipal de Inspeção e Manutenção de Ascensores; Montacargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes;

Ponto 4. – Delegação de Competências e Transferências de Imóveis para as Juntas de Freguesias;

Ponto 5. – Protocolo de entendimento com a empresa Bairrolar – Sociedade de Construções, Lda.;

Ponto 6. – Permuta de bens imóveis, sítos nas Agras do Norte – aditamento à deliberação de 8 de Outubro de 2007;

Ponto 7. – Quinta da Bela Vista – Empreendimento habitacional no Cabo Luis, Esgueira – proposta de contrato de urbanização com pagamento em espécie;

Ponto 8. – Relatórios de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do edifício Sede da Assembleia.

Ponto 9. – Proposta de Recomendação à Câmara para criação de um fundo de reabilitação urbana e de rendas a custo controlado.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:⁰³

Acta n.º 71 – Sessão Ordinária de Dezembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 72 – Sessão Ordinária de Dezembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 73 – Sessão Ordinária de Dezembro – 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor e seis abstenções.

Acta n.º 74 – Sessão Ordinária de Dezembro - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e três votos a favor e cinco abstenções.

Acta n.º 75 – Sessão Ordinária de Dezembro - 5.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor e quatro abstenções.

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁴

“Nesta acta n.º 74 é onde se transcreve o ponto 10, que foi uma proposta do Bloco de Esquerda e não está transcrita a proposta. Pelo que solicitava a sua transcrição.”

Presidente da Mesa ⁰⁵

“Muito bem. Fica então este pedido de transcrição e que é obviamente admitido pela Mesa.”

Presidente da Mesa ⁰⁶

“Deu entrada na Mesa um Voto de Pesar, em nome da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia da Glória e é do seguinte teor:

«VOTO DE PESAR:

- Considerando o facto de ter ocorrido recentemente o falecimento do Sr. Fernando Alves, cidadão que exerceu as funções de Secretário e Presidente da Junta de Freguesia e posteriormente Vogal da Assembleia;
- Considerando tratar-se de uma pessoa de bem, de elevada grandeza moral e intelectual, fazendo uso de uma impecável postura quer pessoal quer política;
- Considerando ainda o grande contributo à Freguesia, servindo com humildade e dedicação;
- E considerando por fim, o excelente relacionamento pessoal que mantinha com funcionários e actuais eleitos, o Executivo e a respectiva Assembleia de Freguesia propõem um voto de sentido pesar e consternação pela sua morte».

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷

“Apenas uma homenagem singela, tão singela quanto possível, porque o Fernando Alves era um camarada nosso, uma pessoa que deu muito ao Partido Socialista também, evidentemente, mas neste órgão especificamente também fez parte e chegou a vir a algumas Assembleias Municipais, portanto também fez parte deste órgão enquanto Presidente de Junta de Freguesia, que o fez por substituição ao presidente Braga Alves, que também teve, enfim, um fim trágico.

Para dizer também, que o Partido Socialista, regista com algum agrado que tenha sido o presidente da Junta da Glória, o actual Presidente da Junta que até nem é da cor política, tenha trazido isso e portanto, que parte da própria da Junta da Glória, parece-me de inteira justiça de uma camarada que deu muito não só a Aveiro, mas também é preciso que se note que era Comendador agraciado pelo Presidente da República. Há muita gente que não sabe isso, e portanto, era uma pessoa, uma figura que teve o seu relevo na democracia portuguesa.”

Seguidamente a Presidente da Mesa⁰⁸ colocou à votação do plenário o Voto de Pesar, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio proposto pela Presidente da Mesa da Assembleia.

Presidente da Mesa ⁰⁹

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou na palavra a munícipe *José Manuel Oliveira Cunha* ⁰¹⁰, residente na Freguesia de Cacia, veio à Assembleia apresentar assunto de interesse para a freguesia, nomeadamente: acesso junto à desnivelada da Renault em Cacia; Praceta envolvente ao pavilhão da CENAP; alargamento da Rua da Escola; desnivelada da REFER; Pista de Remo; Mercado de Cacia; Clube Estrela Azul; Extensão de Saúde de Cacia; Antigo Edifício da Junta de Freguesia.”

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰¹¹

(Entrou na sala o Vogal João António Fernandes Pedroso)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹²

“Sobre a intervenção do Sr. José Manuel Cunha, são assuntos que efectivamente se encontram em Cacia e são problemas de Cacia. Mas que convinha levantar algumas questões aqui e esclarecer algumas das razões porque estas situações se arrastam algumas há demasiado tempo. E queria a começar logo pelo problema da LUFAUTO.

O problema da LUFAUTO, é um problema que não foi resolvido atempadamente, e há aqui uma mistura de uma autorização que não deveria ter sido dada sem ter sido acautelada em devido tempo. E é um problema que se arrasta há praticamente cinco anos. E em devido tempo não foi acautelado e não foi possível resolver apesar dos esforços da Junta e da Câmara.

Relativamente à questão que foi colocada sobre o estado de degradação em que está uma parte da Praceta da CENAP, é verdade. O que vou dizer não é cinismo, mas é, felizmente que até hoje não foi feita a requalificação daquele espaço apesar de já haver intenções de o fazer. Porque foi feita uma intervenção da Lusitaniagás há coisa de um mês na zona que revolveu todo aquele espaço da CENAP, sem dar conhecimento a ninguém. De qualquer modo é um problema, que quer a Câmara quer a Junta já está em vias de resolver, como a Direcção do CENAP.

Relativamente a uma questão que aqui foi importantíssima, que foi colocada que é a ligação da passagem superior da REFER à Rua Marques da Costa, que esta Junta de Freguesia de Cacia se tem debruçado. Tem o projecto pronto e já há alguns contactos feitos com os proprietários da zona. O que eu lamento aqui é que na altura em que feita a passagem desnivelada, quer a câmara da altura quer a junta da altura, não tenham tido a vontade (não sei se tiveram o desejo) não tiveram a vontade de resolver um dos problemas mais graves que a Junta de Cacia e a própria Câmara reconhece, que é um dos problemas mais graves que a ligação entre Cacia e Sarrazola. É talvez o mais grave na freguesia de Cacia. Lamento isso, e que isto se tenha arrastado tanto no tempo para prejuízo da freguesia e em especial do lugar de Sarrazola.

Relativamente à Pista de Remo. Todos nós a desejamos, mas como disse em tempos o Dr. Candal, houve realmente algum voluntarismo da minha parte porque não estava muito consistente — e isso reflecte-se agora.

Relativamente ao Clube Estrela Azul. Eu nem diria só do Clube Estrela Azul, mas a toda a freguesia de Cacia — e que se pode espelhar no concelho de Aveiro. É que temos um estádio imponente, e as pessoas da freguesia de Cacia se quiserem jogar futebol jogam num campo sintético ou têm que ir para o concelho de Albergaria-a-Velha!?

Isto quer dizer que, andámos a sonhar nas nuvens e não resolvemos os problemas primários das nossas crianças e das pessoas que no concelho de Aveiro, e que gostariam de praticar futebol não esmurrando os joelhos nos saibros e nos calhaus de pedra dos pelados — que é o que temos!”

(Entrou na sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Presidente da Mesa ⁰¹³

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰¹⁴

Presidente da Mesa ⁰¹⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰¹⁶

“A Câmara tem pouco para acrescentar. Em primeiro lugar porque o Senhor Presidente da Junta já foi esclarecedor em relação aos diversos pontos. Ficou talvez a situação da Unidade de Saúde de Cacia por esclarecer, mas talvez mais à frente podemos falar nesse assunto. Em segundo lugar, porque me parece que a intervenção do público, naturalmente saudamo-la sempre, é importante, é fundamental. Agora, também a intervenção do público poderá ter enfim alguma sequência que seria lógica no sentido de que houvesse um primeiro contacto com a freguesia, depois com a assembleia de freguesia e depois em reunião de Câmara também — porque há reuniões de Câmara públicas. Porque imaginem o que é um habitante da Glória que vem aqui com todos os problemas das pracetas, dos parques, das ruas, dos passeios, da Glória; eu acho que em termos de prestígio do próprio órgão haverá um percurso que deve ser feito. E naturalmente, se no final não estiver a questão resolvida a pessoa deverá vir aqui a este órgão máximo. Agora trazer logo directamente ao órgão máximo, penso que é ultrapassar pelo menos duas ou três situações que eram importantes cumprir.”

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁷

“Senhora Presidente, para apresentar um requerimento à Mesa. A Associação Comercial de Aveiro apresentou recentemente um projecto de requalificação para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Dado o interesse que este assunto reveste da necessidade de congregar opiniões e estudos para a obtenção de melhores resultados propunha que se solicitasse à Associação Comercial de Aveiro uma apresentação deste projecto e que fosse marcada um sessão extraordinária desta Assembleia para poder ser dado a conhecer este mesmo projecto.”

Presidente da Mesa ⁰¹⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁹

“Senhora Presidente. Para dizer que não me parece pertinente que este documento possa vir agora a votação. É que qualquer Associação que emita qualquer opinião sobre um assunto, por mais importante que seja (e o assunto da Avenida é com certeza um assunto muito importante), mas que nós agora aqui pudéssemos deliberar e que tivéssemos de fazer assembleia extraordinária por causa disso! Quer dizer.

Eu acho é que, há muitos outros grupos de cidadãos que também estão a reflectir a questão da Avenida, que também têm projectos para a Avenida. Estaremos numa situação de injustiça também se não os ouvirmos.

Fazendo ou criando uma assembleia por causa de um projecto não tenhamos depois de fazer ou de abrir a outras sugestões outros projectos que aí surgissem. Parece-me que é um assunto que deve ser ponderado. Parece-me que deve ser ponderado numa conferência de líderes e não ser votado aqui assim na assembleia extemporaneamente porque não fomos contactados neste sentido anteriormente e por isso estamos a ser apanhados completamente de surpresa.”

Presidente da Mesa ⁰²⁰

Vogal João Barbosa (PS) ⁰²¹

Presidente da Mesa ⁰²²

Vogal João Barbosa (PS) ⁰²³

Presidente da Mesa ⁰²⁴

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁵

“Começava por me dirigir ao meu amigo e colega Vitor Martins, que numa entrevista na Rádio e depois no jornal disse que a Câmara Municipal liquidou o dívidas às Juntas de Freguesia.

Se liquidou à Junta de Freguesia de Santa Joana congratulamo-nos com isso!? Mas também não nos admiramos.

O que é verdade, é que a Junta de Freguesia da Vera Cruz, ainda é credora (e sei que algumas também são) de setenta e nove mil e poucos euros dos duodécimos de dois mil e cinco.

E como o Sr. Presidente da Câmara tem dito (e é verdade), a Câmara é uma pessoa de bem e cumpre sempre os seus compromissos, estamos à espera de uma resposta. A Câmara que nos diga o que devemos fazer com este débito. Porque é uma verdade e temos escrito já diversas vezes ao Sr. Presidente da Câmara sobre isto e não temos respostas.

Outro assunto. Foram vendidos em hasta pública três moliceiros!? Porque não foram postos à venda os outros nove? Será que só foram postos três à venda a pedido da empresa que os comprou? Se é assim também achamos correcto.

Vai para quatro meses que perguntei o que seria o futuro da loja onde esteve instalada a “Desportolândia” (ao lado do café Ria). Visto que conheço duas empresas interessadas na loja, consta-se que a loja está prometida à empresa que adquiriu os três moliceiros? Será verdade. Perguntava se isto será verdade?

No Canal de S. Roque apareceu em exposição para Turista ver, mais um moliceiro destruído. Mais um! Mau gosto de quem o mandou lá colocar. Lembro-me que diversas vezes aqui sugeri ao senhor Vereador responsável de arranjar ou cortar as proas e pô-las em exposição em jardins e isso tudo, ou noutros sítios de qualidade.

Parece que até a Câmara de Estarreja nos ouviu, pois a escola secundária de Estarreja tem no seu jardim uma proa em exposição — muito bom-gosto.

E gostava de chamar à atenção ainda aqui do seguinte. Recebemos hoje um ofício da Cultura em que diz: “a Cultura somos nós”! E em que o município aveirense dá-nos a conhecer que aos Domingos as associações que quiserem podem servir-se do anfiteatro no Teatro para poderem fazer lá espectáculos!? Aquilo que eu queria dizer era o seguinte: há dois anos apresentámos propostas para o Teatro (propostas de qualidade) para fazermos lá espectáculos. Incorrectamente, foi-nos dito que não poderiam criar excepções às juntas de freguesia, porque as juntas de freguesia iam apresentar espectáculos sem qualidade e isso depois podia dar maus princípios e que as juntas de freguesia assim, que as juntas de freguesia assado. Quando até argumentei que as juntas de freguesia têm feito bons teatros, boas peças; têm trazido cá bons espectáculos — o que é uma verdade. E não quiseram aceitar as nossas propostas! Porquê agora virem com isto? E eu só pergunto: qualquer altura é boa para se apresentarem propostas, só que eu pergunto: porque é que às Juntas de Freguesia não lhes é dada a possibilidade que agora foi dada às associações culturais, da mesma possibilidade de apresentar os espectáculos?

O Teatro é do povo e tem que ser para o povo.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁶

“Brevemente só para referir alguns aspectos daquilo que se vai passando no nosso país e que nos dizem também respeito directamente ou indirectamente.

Fazer referência à introdução de taxas, que decidiram chamar de “moderadoras” na Saúde e que de moderadoras não são nada — viva o Partido Socialista, viva o Socialismo em Portugal!? E ao mesmo tempo as notícias que nos vêm da OCDE de falência da Segurança Social! E o futuro que nos perspectivam para todos nós trabalhadores que se ainda formos vivos daqui a vinte, trinta anos, qual a perspectiva de reforma que realmente vamos ter.

Vivemos num momento conturbado, mas temos também um governo, um Primeiro-ministro, que tem dado mostras que realmente tudo são rosas, mas na realidade os espinhos continuam a ser escondidos.

E para isso, veja-se também a visita que o nosso Primeiro-ministro fez à região de Aveiro em que chamou a si até obras em que praticamente não participou! Mas pronto, faz-se a inauguração, faz-se a festa, e faz-se exactamente... muita gente gostou, há muita gente que gostou destas visitas do nosso Primeiro-ministro — é tudo uma maravilha!

Mas no nosso município de Aveiro, só para registar que realmente as coisas estão a avançar e registar com agrado que a proposta da estrada Aveiro/Águeda não seja portajada na região, na área urbana, e que foi aceite essa sugestão da câmara municipal de Aveiro e dos municípios. Aqui está um acto de democracia e de bom comportamento e que realmente teve a justa recompensa, que realmente era de inteira justiça, que realmente essa zona não tivesse um perfil de auto-estrada entre o Parque de Feiras e a A17.

Também uma referência muito breve do avanço da estação de tratamento mecânico biológico em Eirol, com a adjudicação da obra. Isto vem responder também a uma qualidade de vida do nosso município de Aveiro e da freguesia de Cacia, porque é mais um passo que nós vamos estar a dar para que definitivamente o aterro de Cacia/Taboeira possa ser encerrado.

Depois estes assuntos continuarei a abordá-los na Comunicação Escrita do Sr. Presidente da Câmara.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP) ⁰²⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²⁸

Presidente da Mesa ⁰²⁹

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) ⁰³⁰

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) ⁰³¹

Vogal Firmino Ferreira (PPD/PSD) ⁰³²

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³³

“Vivemos tempos paradoxais. O modelo económico que falhou, propõe-se agora resolver a crise que se criou! Enquanto somos chamados a pagar a crise, há quem veja isto como mais uma oportunidade de negócio. São tempos que exigem mudança.

As garantias bancárias de 20 mil milhões de euros concedidas pelo Governo, permitiram à Banca aceder a dinheiro mais barato. Contudo e apesar das taxas de juro baixas, a Banca transformou essas garantias em mais um produto financeiro ao serviço do seu lucro.

O empréstimo de 450 milhões de euros que 6 bancos concederam à instituição gestora de fortunas Banco Privado Português, tem também a garantia do Governo. Por sua vez o nacionalizado BPN apresenta um buraco de um mil milhões de euros a ser pago pelo trabalho e pelos impostos de todos nós.

Entretanto, a Caixa Geral de Depósitos, renegociou com condições bastante favoráveis o empréstimo que concedeu a Joe Berardo, e num negócio fantástico comprou a Manuel Fino

acções da Cimpor mais caras que o seu preço de mercado, desbaratando assim 65 milhões de euros do dinheiro de todos nós — “há muito mais na ‘caixa’ do que você imagina.”

O dinheiro que para as necessidades sociais não existia, apareceu. O Estado que não podia intervir tornou-se agora omnipresente na ânsia de salvar as grandes fortunas, o impossível passou a quotidiano. São estas as escolhas do Governo Sócrates! É esta a natureza do Governo PS!

Ao longo dos últimos anos a desigualdade social aumentou. São já dois milhões os portugueses que vivem abaixo do limiar de pobreza, sendo que 30% destes trabalham. Há quem trabalhe e produza riqueza mas permaneça pobre.

Esta acumulação desigual de capital sempre foi justificada com o risco, a visão e a audácia do investidor. Que com a sua iniciativa geraria riqueza e bem-estar para toda a sociedade. A falência deste mito é evidente. Nos grandes negócios o Estado assume o risco: os lucros são dos privados, e os prejuízos socializados.

No primeiro mês deste ano, por cada dia que passou 225 pessoas ficaram sem emprego. Aveiro é dos distritos mais afectados. São os trabalhadores que pagam a crise da ganância do sistema e da maximização do lucro.

Hoje mesmo, na Assembleia da República a bancada do PS votou contra o fim das taxas moderadoras no internamento e nas cirurgias. É para chumbar propostas como esta que tem servido a maioria absoluta.

Ideologicamente José Sócrates vai ainda mais longe no seu modelo de segurança social. Se vivemos mais, temos que trabalhar mais. O progresso tecnológico apenas serve para aumentar a produção e potenciar a acumulação de capital.

Mas a política mais identitária e definidora do Governo de Sócrates é o Código de Trabalho. O Código de Trabalho, que não protegerá os trabalhadores neste tempo de crise.

O Código de Trabalho que em plena onda de despedimentos, permite e incentiva a reorganização laboral aumentando a exploração, flexibilizando o horário de trabalho, reduzindo o salário real pelo não pagamento de horas extraordinárias, promovendo a precariedade, enfraquecendo a contratação colectiva e facilitando os despedimentos.

São estas as escolhas do Governo Sócrates. É esta a natureza do Governo PS!?

A desigualdade e as condições de vida agravam-se a cada dia. Para a construção de um mundo mais justo e igualitário é necessário uma esquerda forte com um programa mobilizador e amplo apoio social.

Os Administradores e accionistas devem ser responsabilizados pelas suas decisões, pela sua ganância, pelos seus desfalques. O trabalho deve ser o factor essencial na geração de riqueza. A habitação deve servir o seu propósito social e não ser mais um produto financeiro que nos deixa escravos da banca e do trabalho por toda uma vida.

A saúde, a educação, o direito à água, os transportes, são serviços públicos. Devem estar submetidos ao controlo democrático e ser uma garantia da qualidade de vida e de coesão social.

A privatização de monopólios naturais criou o mais rico entre os ricos à custa da riqueza de todos nós. As fontes e a geração de energia, devem estar ao serviço da população assegurando a universalidade de acesso e a racionalidade de uso.

O trabalho é um direito. Os trabalhadores não servem para alugar. O fim das empresas de trabalho temporário é um imperativo. A economia e o Código de Trabalho devem garantir o pleno emprego, pleno de direitos, contribuindo para a justa repartição dos lucros.

Em suma: recusamos que os cidadãos sirvam a economia. Exigimos que a economia sirva os cidadãos. São estas as nossas escolhas. E não esta natureza da esquerda Socialista.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰³⁴

“Brevemente, para dizer que a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Aveiro protesta quanto à intervenção que acabámos de ouvir.

Primeiro, porque pareceu-nos que nas piores memórias seria um tempo de antena daqueles partidos de muito pouca expressão, com o relógio a passar e a acelerar o discurso para caber no tempo.

Segundo, porque entendemos que o Partido Socialista, enquanto trouxe neste período de Antes da Ordem do Dia assuntos para a discussão dos aveirenses, como a questão da Saúde Pública do Aterro e como a questão por exemplo da MOVEAVEIRO e do seu Regulamento Municipal de Estacionamento que nos afecta, enfim, dentro da nossa dimensão local interessa. E sublinho, não é este fórum um fórum de política nacional. Porque se não teríamos outro tempo e outros protagonistas para outras explicações. E não é com demagogia de estrutura e conexão de ideias e de pensamentos, que não têm a ver, pondo tudo no mesmo saco, e fazendo crer aos aveirenses que realmente isto é um órgão nacional.

Pensamos e protestamos, pelo facto do Bloco de Esquerda não ter apresentado aqui na Assembleia Municipal de Aveiro um ideia patente que fosse significativa para os aveirenses, limitando-se a fazer política nacional, que não é para isso que aqui está e não é para isso que foram eleitos.”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento: [035](#)

“Não há nada que afecte mais a nossa vida, seja ela em Aveiro, seja ela em qualquer outro sítio, que o Código do Trabalho, a Reforma da Segurança Social, e as brincadeiras que o Governo anda a fazer com a Banca.

O Partido Socialista aqui, pensa que o governo está isento de críticas — as opções do Governo nesta crise afectam a nossa vida quer estejamos em Aveiro ou não.

Logo o Bloco de Esquerda fez a sua análise sobre a política do Governo e apresentou soluções alternativas. Na Comunicação do Presidente certamente que iremos falar de assuntos mais autárquicos.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [036](#)

“Vou aproveitar este primeiro período para me referir a alguns pontos relevantes que aconteceram em política, e vou falar de política. Porque este é o areópago onde tudo o que ditarmos tem que ser mesmo de política — ao invés daqueles que pensam, porque podem pensar, que pensam pensando, mas não são pensadores, não nos influenciam.

Desse modo, eu compreendo isso e corroboro as preocupações do deputado municipal Nelson Peralta. Mas deve-se toda esta circunstância a Milton Freedman, e a Friedrich Hayek. E vossa excelência não apresentou nem no tempo em que eles receberam os prémios Nobel, nem fora desse tempo, nenhuma alternativa. E ainda hoje o Bloco de Esquerda não tem nem para a micro nem para macroeconomia qualquer alternativa — convenhamos!

Queria eu parar trinta segundos sobre uma intervenção ou uma entrevista politicoide, quando o Prof. Élio Maia se refere e reporta, ofendendo as pessoas e não as políticas — e isto é de facto uma acção que não é política de um ente que deve ser político.

Eu tenho que manifestar, fortemente, este repúdio. Porque, felizmente, oito dias depois o Partido Socialista consegue reunir um consenso generalizado em torno de um candidato e de um companheiro, camarada, capaz de vir de facto como homem político trazer a cortesia e a civilidade e a urbanidade que Aveiro merece.

É que o Prof. Élio Maia, pode não ter a formação política necessária e suficiente para entender, que é na diversidade que se cria a riqueza do movimento humano — não é na filosofia do enclausuramento, do pensamento único, e de aquilo que cada um pretende.

Não é apenas ter o poder, mas a dominação sobre o poder que lhe determina por assim dizer a importância.

E é por isso mesmo, que nós aqui também por vezes não somos nem queremos ser compreendidos. Mas estamos disponíveis para legendar tudo o que dizemos e por vezes

dizemos algumas coisas com veemência — e não têm rigorosamente nada a ver com agressividade. É a cortesia própria de quem tem a convicção do que está a comunicar e a transmitir.

O drama essencial é, que muitas vezes nós não temos os ouvidos preparados para ouvir e por isso mesmo, recusamos liminarmente porque ficamos incomodados, porque nós ao não gostarmos de nós, ficamos incomodados quando nos dão a afirmação da nossa existência. E esse é que é o diabo. Porque nós não nos revemos e somos invejosos dos outros; isto é terrível! Isto é o fermento da mediocridade em política que pulula por todos os cantos.

Para concluir, dez segundos relativamente às questões autárquicas, e ao governo, e à política da governação.

O Senhor Presidente da Câmara não tem tido as cautelas necessárias para com as freguesias periféricas; nem com as urbanas.

O Senhor Presidente há muitos anos porventura que não passa na Glória pela Rua do Caseiro; o Senhor Presidente não passa na Vera Cruz pela Rua D. José I. Gostaria que passasse por lá, apenas e só para não gastar tudo no buraco de Oliveirinha e poder distribuir e dar conforto para tornar conforme nos foi hoje aqui oferecido, um trabalho sobre as cidades saudáveis. Para que os seus concidadãos, moradores de todo o município, tenham também o conforto necessário para poderem viver em ordem, em paz, e urbanamente.”

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁰³⁷

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰³⁸

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰³⁹

Vogal Firmino Ferreira (PPD/PSD) ⁰⁴⁰

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁴¹

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴²

“Eu vou referir-me ao Parque Escolar de Aveiro, que tem vindo a ser alvo de notícias que não são nada abonatórias para quem está encarregado da sua manutenção. E com esta alteração à competência administrativa no que respeita ao primeiro ciclo, é obvio que cabe à autarquia a manutenção e o desenvolvimento do Parque Escolar.

Foi aprovada uma Carta Educativa nesta Assembleia Municipal, que por opção do Executivo, seria realizada através de uma parceria público privada. No entanto o tempo decorre e o avanço do desenvolvimento da Carta Educativa não apresenta nenhuns resultados, mesmo parciais.

E mesmo a mais optimista crença, mesmo que começasse nesta altura, antes de finais de dois mil e dez ainda não teríamos de certeza obra nenhuma realizada. Tendo em conta, obviamente, o que diz respeito à manutenção e tratamento dos treze edifícios existentes, sem pensar obviamente na construção dos treze novos incluídos na Carta Educativa.

O Parque Escolar actualmente existente, além de exíguo, dá nota de degradação que a não ter intervenção ponderada e avaliada convenientemente pelos próprios agentes educativos (e eficaz obviamente), poder-se-á transformar num conjunto de edifícios inóspitos que de certa maneira já os há, e impróprios para a utilização de jovens e crianças. Edifícios que por si só, serão desmotivadores da função para que se destinam; que é facultar condições e meios adequados à obtenção do saber e do conhecimento.

Hoje sabemos que, na Escola do 1.º ciclo de Santiago, foram colocadas em Agosto de 2007 dois contentores no recreio da mesma escola, que funcionam como salas de aula!? Este equipamento tem consigo uma variação térmica muito grande, e a inexistência de insonorização, e a impossibilidade de ligar qualquer equipamento à corrente eléctrica.

Situação idêntica acontece nas escolas do 1.º ciclo de Vilar e das Areias de Vilar. Onde foram colocados dois contentores nos recreios funcionando como salas de aula; no Agrupamento de

Escolas de Aveiro, frequentam o 1.º ciclo do ensino básico mais de mil alunos, mas apenas a EB 1 de Santiago com cento e quarenta e oito alunos tem refeitório que serve também crianças do jardim-de-infância. Aqui incluem-se as escolas de grande dimensão, como a EB 1 da Glória, com trezentos e trinta alunos; a EB 1 da Vera Cruz com trezentos alunos; a EB1 das Barrocas com duzentos e cinquenta; e também a EB 1 de S. Jacinto com trinta e sete (destas escolas nenhuma delas tem refeitório).

A escola do 1.º Ciclo de Esgueira, com trezentos e oitenta e cinco alunos, tem as turmas a funcionar em regime de desdobramento. Na mesma sala, uma turma de manhã e outra à tarde. Esta situação e a articulação das actividades lectivas, com as actividades extracurriculares e os ATL's originam uma grande complexidade.

Na escola do 1.º Ciclo e Jardim-de-Infância da Alumieira, as condições físicas do edifício são degradantes; paredes muito estragadas, infiltrações das chuvas no edifício, casas de banho sem condições, espaço exterior, creio sem condições, em terra que fica cheia de água e lama com as chuvas; com as balizas para o futebol e as tabelas de basquete completamente estragadas — aqui também não há refeitório e as crianças deslocam-se a pé ao centro social para almoçar.

Continua sem ter aquecimento a escola EB 2,3 Aires Barbosa e EB 2,3 de Aradas. Só tem aquecimento uma parte do dia, o que é insuficiente porque há várias salas viradas a norte e portanto são mais frias e mais húmidas no Inverno.

Ao lermos o projecto educativo do agrupamento de escolas de Aveiro para o ano lectivo 2008/2009, constatamos no ponto três o seguinte: as escolas com espaços amplos e razoável apetrechamento ao nível do equipamento escolar; mas ao mesmo tempo, e nessa mesma rubrica de conforto e funcionalidades de espaços físicos, vamos encontrar seis insatisfações. Falta de condições físicas em algumas escolas; falta de qualidade estética dos espaços em alguns estabelecimentos; insuficiência de salas de aulas de alguns estabelecimentos; falta de espaços multifuncionais; inadequação dos espaços disponibilizados para os serviços de refeições; insuficiência dos requisitos de segurança em alguns estabelecimentos.

Pelo exposto concluímos que este sector carece de rápida intervenção. Em primeiro lugar porque não teremos tão cedo as novidades inscritas na Carta Educativa; depois porque é agora o tempo de se começar a acautelar estas questões para que o próximo Inverno não seja mais um martírio para as crianças e para os jovens. Em terceiro lugar, porque a educação com os seus componentes, como o parque escolar, é demasiado preciosa para o desenvolvimento regional e nacional, e não se compadece com a continuidade de falta de resolução dos seus problemas.

Assim achamos por bem, propor à Senhora Presidente desta Assembleia, que promova uma reunião entre os líderes dos grupos municipais e entidades da área educativa de Aveiro, nomeadamente, conselhos directivos das escolas, associações de pais, sindicatos e professores. Deste modo, auscultar-se-ia a opinião dos agentes educativos e poder-se-ia relacionar as necessidades e facultar ao executivo um relatório das conclusões que promoveriam o encetar de caminhos para a resolução dos problemas.

Por último direi que darei nota desta intervenção aos agentes educativos do concelho de Aveiro.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰⁴³

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁴

“Há situações em que nós acabamos por nos arrepender das atitudes que tomamos. Claramente que não é isso que estão a pensar que eu estou a querer dizer. Estou a dizer que nunca mais me reservarei para o fim porque afinal depois das belíssimas intervenções a que assisti esgotou-se o motivo para eu falar.

De qualquer forma, permitam-me que deixe também aqui registado aos dois deputados que se puseram a discutir Freedman e todas essas teorias, que ainda não inventaram nada nem melhor, daquilo que Jesus Cristo fez (numa situação destas): “amemos os outros como a nós próprios”. Julgo que é uma grande teoria e um grande princípio para qualquer cidadão do mundo, independentemente da política que possa prosseguir.

Senhora Presidente e Senhores Deputados. Eu queria deixar aqui (porque efectivamente foram-me retiradas as palavras - e muito bem), o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S.ta Joana louvou a Câmara pela disponibilidade quanto à decisão concreta sobre a primeira fase do eixo Aveiro/Águeda. Mas julgo que também será justo deixar aqui uma palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia, porque soube efectivamente estar no lugar certo e soube sensibilizar a população. E eu, como proprietário chamemos-lhe assim, porque por herança confronto com o que estava previsto; e também reclamei porque efectivamente não por ser proprietário, mas porque efectivamente o estudo não estaria em conformidade e em consonância com aquilo que de facto deveria estar em termos daquilo que se queria conseguir. Mas o Senhor Presidente da Junta de Freguesia merece essa palavra, esse registo, e faço-o aqui com muito gosto e com muito agrado.

Também queria felicitar e vou-me repetir, mas porque é um assunto importante, foi a decisão da Câmara em congelar efectivamente as rendas dos bairros sociais.

Deixaria também como reparo, porque eu julgo, quando foi da execução do que estava aumentar, talvez pudesse ter havido um tratamento e uma reflexão muito maior ainda porque efectivamente há proprietários e proprietários. Eu conheço claramente casos de cidadãos ocuparem as casas, que se não tem sido eles a Câmara hoje não tinha absolutamente nada.

A Câmara hoje é proprietária de barracas porque uns não zelaram daquilo onde estavam a morar; a Câmara hoje é proprietária de habitação, porque muita gente e os que lá vivem gastaram muito do seu dinheiro para terem essas casas arranjadas; e eu julgo que este aspecto não foi considerado e eu acho que deveria ser um aspecto de consideração em termos de justiça social.

Finalmente, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Deputados.

O motivo mais aborrecido que mais me contraria e que mais me penaliza, mas que não posso deixar de o trazer, porquanto o meu silenciar seria de alguma forma o de aceitar e não denunciar comportamentos e afirmações irresponsáveis, ofensivas, para não dizer criminosas em termos de carácter de uma pessoa, que foram proferidas, e que me fizeram chegar a conhecimento.

Efectivamente, um senhor de nome João Oliveira (fizeram-me chegar essa informação) escreveu: “Rocha de Almeida, deu uma entrevista ao Diário de Aveiro, que saiu no dia a seguir a já não ser Presidente da Comissão Concelhia do PSD, e no dia em que já é candidato a Presidente da Câmara de Mira, é uma entrevista de fim, onde Rocha de Almeida destila o seu particular ódio pelo Partido mais à direita do hemisfério político português” — não vale a pena continuar porque não quero que hajam vômitos nesta casa.

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara.

Se há uma coisa que sempre na minha vida, e foi assim que os meus pais me ensinaram, foi assim que os meus mestres me ensinaram, foi assim que eu aprendi com grandes mestres e com grandes políticos por onde tenho andado ao longo de vinte e quatro anos, foi o de respeitar em democracia os adversários políticos, os partidos políticos, e os cidadãos que leal, generosa e responsabilmente, cedem do seu tempo, da sua disponibilidade, e da sua afeição, aos partidos em que militam.

De outra forma, não me sentiria a mim próprio digno de ocupara qualquer lugar, muito menos de ser militante de base de um partido onde desde o princípio me filiei. Desde o princípio respeito, e que quero até ao fim manter sempre vivo no seu ideal e na sua doutrina, a Social-Democracia.

Dizer que João Rocha de Almeida, em Aveiro, depois do seu trilhar e do seu percurso político “destila ódio”, seja contra quem for, mas essencialmente ódio para com o Partido que é parceiro de coligação em Aveiro, com quem travou grandes e belas lutas que nos deram também por um lado esforço e sacrifício, mas por outro lado também muito prazer e muita honra. E mais do que isso, deram-nos a clara ideia e exacta precisão de que tudo vale a pena quando nós acima dos nossos Partidos e de nós próprios, pomos em causa aquilo em que acreditamos, que é a defesa dos valores da sociedade e a defesa da sociedade que jurámos servir quando tomámos posse.

Foi desta forma que estive em Aveiro e desta forma que continuarei a estar. E quero dizer-vos que efectivamente parto com mágoa de Aveiro. Porque a minha vida política em Aveiro nunca tinha sido grande; foi agora com a complacência de V/ Exas. alguma coisa e irá terminar no fim deste ano. E eu ficarei sempre grato à população e aos pares desta câmara pela condescendência, pela amizade, e pela compreensão que tiveram para comigo.

E portanto parto com mágoa, quando este insulto, este vergonhoso insulto, vem da parte (e eu informei-me) deste Sr. João Oliveira, que faz parte do staff do Senhor Presidente da Câmara.

Ao fim de três anos e meio a trabalhar pela coligação; ao fim de três anos e meio de lutar, aconselhar, e de ter intervenções nesta Assembleia, apaga o mérito e a medalha que eu tive, um elemento do staff do Sr. Presidente da Câmara de Aveiro. Vejam, foi dizer que eu “destilo ódio” contra um parceiro de coligação!?

Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara. Como entenderão, não podiam esperar de mim que me conheçam, como um homem recto e probo, outra indignação e outras palavras que não estas que esteja a proferir.

Peço desculpa. É a pior forma talvez (e eu entendo) de partir. Mas parto com a dignidade de que os Senhores me merecem, de que a democracia merece, que se mais não merecesse, de um neto que tenho de quatro anos e outro que me nasceu ontem no Hospital em Aveiro, merecem efectivamente que o avô seja um homem de uma só palavra. Duro e firme, e que não possa deixar de reprová-los publicamente atitudes e comportamentos de cidadãos, que se dizem de Aveiro, mas se calhar de Aveiro só lhe conhecem a valia da benesse e do favor.”

Presidente da Mesa ⁰⁴⁵

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) ⁰⁴⁶

Vogal Sesnando Alves (PPD/PSD) ⁰⁴⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴⁸

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) ⁰⁴⁹

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵⁰

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁵¹

Vogal António Costeira (PS) ⁰⁵²

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵⁴

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁵

“Senhora Presidente se me desse licença e porque depois da minha intervenção houve um assunto que acho que foi importante para esta Assembleia, que foi o assunto trazido pelo meu companheiro de bancada Rocha Almeida. Eu gostaria a este propósito se me concedia que eu pudesse tecer alguns comentários acerca dele.

É uma coisa muito rápida. Então fazendo referência ao assunto aqui trazido, só para dizer que o nosso colega Rocha Almeida é detentor de todo o nosso apreço e da nossa admiração, pela sua postura enquanto líder partidário e enquanto cidadão aveirense.

E por isso, o grupo do PSD lamenta as críticas injustas de que foi alvo por um colaborador desta Câmara Municipal. Mas também se congratula pela postura digna e vertical que o Senhor Rocha Almeida aqui trouxe o assunto a esta Assembleia.”

Presidente da Mesa ⁰⁵⁶

“Relativamente a este assunto, a Mesa também tem a observar o seguinte: as palavras ficam sempre com quem as profere e as acções também.

E a acção do Sr. Deputado aqui enquanto deputado nesta Assembleia Municipal tem sido sempre de digna e honrada. E por isso mesmo a Mesa também gostaria de se juntar a este elogio, que é um elogio natural e espontâneo e dizer que, a sua conduta nesta casa teve sempre uma grande dignidade e teve sempre sobretudo uma grande generosidade e companheirismo com os colegas que fazem parte da coligação a que V/ Exa. pertence.

E para despedidas ainda não estamos lá.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação da Comunicação Escrita.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵⁷

Após a intervenção, a Presidente da Mesa ⁰⁵⁸, nos termos regimentais, concedeu a palavra aos seguintes membros:

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁹

“Senhora Presidente como vou falar numa situação que me diz muito, e diz-me muito em termos de sentimentos e solidariedade vou falar de pé.

E aquilo que eu vou falar é em Acção Social. Temos falado diversas vezes neste hemiciclo sobre a Acção Social e tenho aqui presente, que foi apresentada uma proposta do plano de respostas às famílias e pessoas em conjuntura de crise.

Aquilo que mais me chamou a atenção é a rubrica «Aveiro amigo – pequenas reparações de habitações». Como se pode fazer um projecto social destes sem se conhecer o diagnóstico social do concelho? É preciso saber-se que o último foi apresentado em 2005. Em 2007 a Junta de Freguesia da Vera Cruz apresentou e deu conhecimento à Câmara de Aveiro, uma proposta de um projecto que é “SOS – solidariedade, pequenas reparações nas habitações dos carenciados”. Nós apresentámos o projecto, foi aprovado com grande estima de sentimentos pela Acção Social da Câmara (pelos técnicos); e na altura até chegámos a pedir à Câmara para ser parceira deste projecto. Bastava à Câmara conceder-nos um subsídio

anual de 2.500 Euros. Foi-nos respondido em 2007 que a Câmara tinha o projecto elaborado para todo o concelho e que iam lançar um concurso público. E que iam ter um empreiteiro que faria as reparações a quem necessitasse — até hoje nada!

A Junta de Freguesia continua com o projecto e a actuar. Estas promessas devem ser feitas depois de se saber se podem ser concretizadas. Não se sirvam dos pobres!? É muito grave. É imoral.

E para que em consciência, no dia 09/01/2009, numa reunião nesta Assembleia questionei e questionei até o senhor vereador Miguel Capão Filipe numa das minhas intervenções, disse assim: “ tomei nota que o senhor vereador falou-nos sobre o esforço social que é de todos (é verdade), sobre o assunto numa altura próxima intervirei nesta problemática”.

Mas também disse: “- tomei nota que o senhor vereador falou sobre a terapêutica preventiva, apelativa e paliativa. Na verdade (disse eu) uns apoiam, outros servem-se ao tirarem proveito do apoio que dão aos carenciados. E isto porque no fundo o que se passa é ao que assistimos constantemente a terapêutica é paliativa”.

E depois perguntei: “gostaríamos de ser informados sem paliativos, qual foi a terapêutica que a Câmara usou para apoiar neste momento de frio intenso o apoio aos sem abrigo?”

Como respondeu o senhor vereador? Lembram-se? Debitou, debitou (reparem, isto aqui são duas folhas) e disse que faz os projectos nos momentos que acha necessário e não porque há uma vaga de calor ou de frio. E falou das Instituições, de tudo e mais alguma coisa, e das comissões sociais de freguesia, sem ter conhecimento (eu avisei-o disso, que as comissões sociais de freguesia não funcionam).

Na verdade e depois disto, estou hoje aqui numa atitude de indignação. Indignação! Pela maneira como se fala e nesta matéria com muito poucos sentimentos. Esta minha intervenção foi em 09/01, no dia 26/01 faleceu um sem abrigo a dormir ao frio! A dormir ao frio à porta da igreja, coberto com uma manta e com um plástico na cabeça. Nesses mesmos dias dormiram dois sem abrigo na estação cobertos com plásticos.

E eu, se me dão licença, vou ler o que veio no jornal do dia 26: “ no passado dia 26 de Janeiro, um homem com cinquenta e poucos anos, sem abrigo, não resistiu ao frio que se fez sentir na madrugada de domingo para segunda-feira. Foi mesmo no coração da nossa cidade de Aveiro que este triste e vergonhoso acontecimento se deu; pela manhã desse dia foi visto pela primeira pessoa que por ali passou”. E depois fala a seguir que “costumava estar no Rossio no parque de estacionamento de automóveis a pedir”. Eu que também fui um dos primeiros a lá chegar fiquei perplexo, sem palavras e envergonhado. À minha frente estava um homem desconhecido dos presentes, sem nome, sem identidade, sem família presente, sem casa, sem vida — não obstante esses direitos estarem consagrados na Constituição da República Portuguesa para todos. Deitado no chão de pedra, sem enxerga, coberto somente com um cobertor e a cabeça sobre um saco de plástico, ali e em tais condições sub-humanas tinha passado a sua última noite como um excluído do reino dos homens.

Como cidadão fiquei revoltado. Mas como cristão fiquei triste e envergonhado. Fiquei revoltado pela injustiça social que é praticada no nosso país; e eu digo na nossa cidade. E pela cultura da morte que é promovida na nossa sociedade porque se permite matar e permite-se deixar morrer abandonado.

Diz aqui mais umas coisas, mas termino só com um pedido ao Senhor Vereador: deixe de ser autista.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [060](#)

“Eu de certa maneira vou ser rápido. E começava exactamente por analisar a Comunicação do Senhor Presidente, ao contrário da última Comunicação em que eu referi que era um resumo e de resumo nada tinha, esta já não refere o resumo e eu constato com agrado que

houve uma melhoria significativa na apresentação desta Comunicação; uma sistematização melhor, está mais arrumadinha. Está mais arrumadinha!

No entanto relativamente também à Comunicação, há aqui uma situação que escapa. São aí apresentadas algumas esperanças para 2009!?. Com certeza vão continuar a ser esperanças em 2010. Saberei pelo menos de algumas delas; no entanto há aqui uma que não está cá e que eu questiono porque é que não está, depois de tantas vezes ser falada; e porque já vem do executivo anterior e porque é permanentemente prometida a sua continuação e parece que tinham avançado as negociações com o outro parceiro para a sua resolução, que tem a ver exactamente com a Ponte das Agradas. A famosa ponte skate que não está nas nossas esperanças de resolução. Tem algum recuo a negociação de efectivamente se resolver essa questão? É uma questão que eu ponho.

Depois há questões aqui que independentemente das carências gerais que se notam em toda a freguesia e que têm sido aqui notadas, há no entanto aquelas que na parte do chamado cartão de visita da nossa cidade deveriam merecer uma maior atenção. E eu vou passar muito ao de leve porque são questões ligeiras, mas que no entanto não devem ser descuradas e não devem ser postas de lado e que têm a ver nomeadamente com a situação quase permanente de contentores que continuam cheios no centro da cidade. E que de facto mereciam uma maior atenção e isto passa-se fundamentalmente no centro da cidade como se passa em determinadas situações que tem a ver um bocado com faltas de educação, mas que deviam originar portanto uma maior intervenção por parte das entidades de limpeza da cidade, neste caso seria a SUMA ou a pedido da Câmara. Uma pessoa vai a uma máquina multibanco nos Arcos é um cheiro a urina que é terrível; vai Avenida é uma coisa do género.

Depois é a história dos barcos moliceiros que continuam no canal de São Roque (era um, agora são dois), aliás acho que já foi aqui falada hoje essa situação e que em nada dignifica a cidade em si — é o cartão de visitas que se dá ao centro da cidade.

Relativamente às Contas. Constatamos que a dívida diminuiu, felizmente! Também é obvio que com o empréstimo a dívida teria que diminuir. A redução no que diz respeito ao médio longo prazo, a redução foi significativa no “factoring”.

Eu espero que tenha sido significativa porque isso tem incidência e terá incidência portanto nos pagamentos e nos compromissos mensais que a Câmara teria. No entanto havia acordos que estavam estabelecidos. Pelo menos em comunicações anteriores não se nota nenhuma redução, portanto isto é: questiono se nenhum dos acordos que existiam tiveram seguimento e portanto não houve pagamentos, porque não há redução na verba que diz respeito a esses acordos.

A dívida de curto prazo, também por força das circunstâncias do dito empréstimo, obviamente também reduziu dezassete milhões e tal de euros.

Agora acontece aqui uma situação que é preocupante. E eu desta aqui é que necessitava de explicação porque não entendo como é que vai ser possível nós reduzirmos a dívida quando em compromissos orçamentados (portanto de despesa) estão até 31 de Janeiro já vinte e oito milhões de euros em compromissos orçamentados (não estou a dizer em despesa paga) e portanto em receita cobrada estão dois milhões, setecentos e cinquenta e sete!?. O que faz aqui uma relação despesa/receita de quase dez vezes mais? Isto em termos de futuro faz uma projecção muito preocupante.

Nós sabemos que a receita actual tem variações durante o ano e não vão ser doze vezes os dois milhões e setecentos mil que lá estão exactamente. Há alturas de maior receita, como poderá haver também um ou outro mês de menor receita, no entanto esta relação dez vezes é que se torna preocupante, quando na última comunicação que reportava portanto ao final do mês de Novembro esta relação era praticamente de metade. Isto é, tínhamos compromissos de despesa de cento e vinte e seis milhões, cento e vinte sete milhões, para receitas cobradas de sessenta e sete milhões. Portanto eu gostava que perante estes números de facto me explicassem e por não ver aqui perspectiva nenhuma de redução da dívida. Aliás situação que já nos referimos

quando da discussão do Orçamento, como é que vai ser possível nós reduzirmos a dívida e como é que vai ser possível não aumentar a dívida no futuro?”

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰⁶¹

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁶²

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶³

“Eu queria falar sobre a Comunicação do Senhor Presidente. Isto é a redacção como ele muito bem diz. A redacção (corroboro perfeitamente, que as palavras do senhor deputado do PCP António Regala que há modificações), isto é, o Senhor Presidente não tem estilo, é uma redacção sem estilo. Eu não queria comentar o que porventura é, porque isso é próprio de cada um. Saramago escreve de um modo; Fernando Pessoa de outro, e por aí a fora.

A mim o que me importa não é o que está escrito, mas o que não está escrito. E as questões são claras e concretas, muito directas, porque atravessando o país e a região de Aveiro momentos de crise, sendo necessário utilizar os serviços e os bens públicos de forma criteriosa, transparente, e de um modo proficiente porque esse é o dever da actividade dos que dirigem ou pretendem dirigir os assuntos públicos (é uma das suas obrigações claras), quero eu interrogar o Senhor Presidente por forma a que se inteire junto do senhor vereador do respectivo pelouro, se porventura tem procedimentos perfeitamente claros e transparentes para a realização de concursos. E estou a falar do concurso do fogo-de-artifício das festas de São Gonçalinho, porque estando elas integradas nos 250 anos, eu quero saber qual foi o procedimento e o procedimento claro? Para ficar esclarecido e poder esclarecer alguns dos concidadãos que me interrogam sobre a matéria.

Vou concluir muito rapidamente, também, relativamente à outra questão. Nós sabemos que se a Câmara tiver atenção para ouvir, porque depois não responderá e não respondendo fica mal porque fica a pergunta no ar, porque eu quero claramente que a minha intervenção seja transcrita na acta. Quer-se dizer, nós sabemos que de facto, independentemente da semântica ou não, os algarismos são o que são. E relativamente às Contas, nós sabemos claramente que aquilo que nos é apresentado não é um filme.

Não é o filme da economia do município. É a fotografia do instante deste momento. E quer-se dizer neste momento de facto o impacto positivo do empréstimo dos cinquenta e oito milhões aparece-nos, e aparece-nos tão fugazmente que até nos ilude dizendo que o passivo reduziu!

A questão que se coloca é neste momento o seguinte: e a pergunta clara e concreta é relativamente à concessão do empréstimo. Qual foi o impacto positivo que ele teve na diminuição imediata do défice estrutural dos duzentos e cinquenta mil euros mês? Qual foi?

E a pergunta para o futuro do filme do empréstimo é saber: quanto é que a Câmara, após o intervalo de carência de pagamento de juros do referido empréstimo, quanto é que isso vai reflectir no passivo global desta Câmara? Porque assim ficamos sabendo desde logo se está a haver ou não alguma intervenção sobre o défice estrutural do município. Vai ser tremendamente gravoso quando vossas excelências já não tiverem responsabilidade directa para pagar isto. Mas como diz Martin Iracema sentado nas pedras douradas do rio Jurandir: “tudo passa aqui na terra” e nós vamos e as dívidas ficam para que os munícipes, eles próprios, tenham que as assumir.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) ⁰⁶⁴

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁶⁵

Vogal António Granjeira (CDS/PP) ⁰⁶⁶

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) ⁰⁶⁷

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁸

“Tenho aqui quatro assuntos para abordar, basicamente são questões, pese embora haver ainda aqui assim uma pequena intervenção que eu gostaria de falar relativamente a um assunto que se passou aqui há pouco na Assembleia.

O primeiro assunto tem a ver com a Luzostela. Eu gostaria que o Senhor Presidente me elucidasse como é que está essa situação? Que é um assunto que eu recorrentemente trago à Assembleia e portanto gostaria de saber de facto como é que está neste momento o processo.

Parabenizar, como dizem os nossos irmãos Brasileiros, o Vereador Carlos Santos, pelo cuidado que está a ter relativamente na área dos jardins e dos passeios. Tem havido de facto uma melhoria significativa. Começa-se a ver e isso é importante. Obviamente que ainda existe muita coisa para fazer e é preciso mais, mas é necessário que de facto se faça. Mas já é um bom caminho aquele que está a ser traçado.

A questão do Parque de Sustentabilidade. Eu acho que esta é de facto, certamente será, uma das obras emblemáticas deste e do próximo mandato deste Presidente da Câmara. São muitos hectares, abrange uma área bastante significativa, é o coração de Aveiro.

Aos poucos e poucos, com diplomacia, vamos conseguindo e com a diplomacia que gere esta Câmara, vão-se conseguindo obter de facto grandes obras e grandes empreendimentos para Aveiro; com custos que são também muitos do Poder Central, mas é importante que eles cheguem numa Câmara que pouco dinheiro tem é importante ir buscar dinheiro a outros lados. É preciso de facto que as coisas venham para cá. Portanto os parabéns também por esse motivo.

Quero falar também da parte da política social e das medidas a serem tomadas. A Câmara Municipal de Aveiro tem uma rede social que apoia e coordena processos de intervenção social. Houve uma mostra do Aveiro social. Tem o projecto Ria, também para famílias em risco. Existem pelo que se é dado a ver nesta Comunicação, existem 108 entidades que podem estar aqui assim a trabalhar para o bem do Social em Aveiro.

E já tem havido certamente e tem sido referido isso, medidas de apoio no âmbito do IMI, e das Taxas e outras medidas que têm vindo a ocorrer.

Eu acho que no entanto a rede deve ser mais apertada ou seja, deve ser rede mais fina. Deve apanhar mais coisas. E algumas intervenções que na minha opinião ou pelo menos era isso que eu gostaria de ouvir da parte da Câmara, era que tipo de medidas de urgência (porque são situações excepcionais que estão a ocorrer) podem aliviar e ajudar uma pessoa que tenha fome, uma pessoa que não tenha casa, uma pessoa que tenha um pedido imediato, urgente, que não possa escapar. O que é que a Câmara pode fazer e em que é que pode ajudar?

Eu relembro algumas medidas de algumas Câmaras que também estão a ser tomadas nomeadamente Vila Real (Trás-os-Montes), e Vila Real de Santo António. São situações que eu acho que são medidas interessantes e que acho que podiam eventualmente servir como boas práticas para a Câmara Municipal de Aveiro.

Não deixo no entanto de achar, numa intervenção do nosso colega de Assembleia e amigo Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, o tom um pouco demagógico. Eu não estou a dizer que as preocupações não existem. Existem. Eu acredito piamente que o Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz acredita sinceramente no que está a dizer e tem todas as preocupações sociais que eu tenho e que todos nós teremos. Acho no entanto que, direccionar essas preocupações sociais e culpabilizar uma determinada instituição que foi o que me pareceu ouvir, acho injusto e acho que não é correcto.

Com a pobreza, na minha opinião, não se brinca. Devem-se tomar medidas, deve-se agir e deve-se agir rapidamente. Acho que somos todos responsáveis por isso e acho que temos todos uma palavra a dizer, uma forma de agir, e urgente. Só isto, mais nada.”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁹

“Relativamente à Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, antes de mais devemos dar ênfase à renegociação que a Câmara Municipal fez com a SUMA, que agora pelo mesmo preço passará a executar os trabalhos de limpeza em mais onze freguesias, alargando a sua área de actuação em 3.000 quilómetros. Parece-nos que face às condicionantes é de facto de louvar! Mas este fenómeno também coloca em evidência o péssimo contrato que existia para a autarquia.

Devemos dizer também que é de louvar a decisão de congelar os aumentos das rendas sociais. O Presidente da Câmara na sua comunicação dá-nos conta de que o município de Aveiro está a saber aproveitar as verbas comunitárias disponíveis. É portanto uma boa altura para que a Câmara Municipal clarifique o negócio da parceria que prevê a construção de parques de estacionamento e de escolas. A Câmara Municipal desistiu desta parceria pública ou privada, como tudo indica ou insiste em avançar com uma solução dez vezes mais cara, que com a recurso a verbas do QREN e três vezes mais caras, dispendiosas, do que a execução da carta educativa. Em que estado está portanto esta situação?

Relativamente a outro projecto que é abordado na Comunicação do Senhor Presidente o “LifeCycle” vemos que a Câmara Municipal entrou no projecto “LifeCycle” para promover o uso da bicicleta como meio saudável de mobilidade, mas sobre as BUGAS nada.

As BUGAS começaram como um projecto de mobilidade urbana, com bicicletas espalhadas pela cidade, funcionando com um sistema de moeda. Foram entretanto introduzidas várias alterações onde para se aceder ao serviço era necessário uma chave. Contudo a alteração que alterou o paradigma do sistema, foi a de remover todas as BUGAS da cidade e concentrá-las num único ponto, assim quem queria utilizar uma BUGA, terá que a entregar no ponto de partida, naquele horário limitado.

Portanto o sistema tornou-se obsoleto e imprestável para responder às necessidades de mobilidade ou como dizia o Vereador Pedro Ferreira há três anos, esta solução não nos parece que tenha corrido muito bem, até porque estava a limitar o número de pessoas que a utilizava, fim de citação.

O vereador declarava a sua preferência e a maior utilidade do sistema da moeda. Eu considero que as BUGAS devem ser um sistema de mobilidade e o Vereador Pedro Ferreira também assim parecia entender há três anos atrás, quando fez esta análise e quando anunciou novos parques que vamos instalar em diversos pontos da cidade, de forma a garantir a maior mobilidade entre os espaços e a maior simplicidade na utilização por parte de quem visita a cidade. O que aconteceu entretanto? Porque é que em três anos nada foi feito? Nem mesmo aquilo que era anunciado para estar operacional num espaço de poucos meses está sequer iniciado. Se o modelo de mobilidade das BUGAS acarreta maiores dificuldades e maiores problemas, em três anos não foi possível encontrar uma única solução?

Algo que não está inscrito na Comunicação do Senhor Presidente é aquilo que foi anunciado da privatização da manutenção de algumas zonas verdes. Antes de mais devo estranhar a lista de zonas verdes, porque inclui rotundas e ninguém tem dúvidas que as rotundas não são usadas enquanto espaço público por ninguém, logo as prioridades devem ser definidas. E mais, nós somos um país de clima mediterrânico, não faz qualquer sentido fazer rotundas em relva. Rotundas que carecem de uma maior rega, de uma maior manutenção, que custa um balúrdio, podem ser bonitinhos mas há outras formas de fazer rotundas.

Certamente que a relva será mais útil em sítios onde as pessoas possam usar enquanto espaço público. Relativamente a esta questão ainda, julgo que é uma contradição com a declaração do Presidente Élio Maia na reunião anterior onde anunciou que o quadro do pessoal estava mais magro. O que nós vemos é se calhar o quadro do pessoal da Câmara Municipal está mais magro, mas os serviços adjudicados ao exterior estão mais gordos.

E parece-me também que a Câmara Municipal tem a capacidade instalada, o equipamento, as rotinas e o pessoal com capacidade para desempenhar este papel. Portanto porque é que a decisão foi a de contratar uma empresa exterior e não aumentar o quadro de pessoal? Foi feito algum estudo económico para saber quanto custava cada uma dessas opções? Em relação a isto, por agora queria estas respostas.

Relativamente a outro assunto, devo registar uma grande estranheza de na Comunicação do Presidente da Câmara e no boletim municipal distribuída a todos os aveirenses, não estar nenhuma referência sobre a política da Câmara Municipal para a água e para o saneamento, quando foi anunciado que se ia privatizar, aliás foi a questão se calhar mais relevante do Orçamento, mesmo no resumo do Orçamento não está nada.

Antes de mais devemos ver a estimativa que esta semana saiu, em que em 2025 dois terços da população sofrerá escassez de água. Também ver a sondagem da “Marktest” onde 69% dos inquiridos não concorda com a privatização ou com a gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento. Portanto pergunta-se: o Bloco de Esquerda questionou o Ministério do Ambiente e espera respostas sobre uma notícia que a Câmara Municipal divulgou, que em 87 fontes de águas analisadas no concelho de Aveiro, 79 constituíam um perigo para a saúde pública. Portanto temos que, as fontes de água em Aveiro estão praticamente todas inquinadas. O que nós queremos saber e já perguntámos ao Ministério do Ambiente, perguntamos agora à Câmara Municipal é se tem algum plano de recuperação destas fontes?

Depois eu encontrei num jornal de Águeda, certamente que obteve a informação através de fontes da Câmara Municipal de Águeda que (isto em Dezembro ainda antes do último Orçamento), a Câmara de Aveiro e outras nove câmaras estavam já em negociações com as águas de Portugal. Nada disto foi referido na última Assembleia, quando foi apresentado o modelo de privatização, que aliás fui eu que anunciei a esta Assembleia.

Agora parece que a Câmara Municipal terá mudado um pouco o modelo, a pergunta que eu tenho é qual é a estratégia da Câmara Municipal para a distribuição da água e para o serviço de saneamento?

Por fim uma última questão. O Presidente Élio Maia na sua Comunicação diz-nos que este ano de 2009 traz também outras esperanças e outras certezas e incluindo nessa lista a fusão das empresas municipais. Aquilo que eu perguntava é, volvidos quase quatro anos desde o início do mandato, se a fusão das empresas municipais é uma esperança ou é uma certeza?”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [070](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [071](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [072](#)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) [073](#)

Vogal João Barbosa (PS) [074](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [075](#)

Vogal António Rodrigues (PS) [076](#)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) [077](#)

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [078](#)

“Muito rapidamente também como na minha primeira intervenção, referir que depois de ler atentamente o comunicado do senhor Presidente da Câmara, a que o deputado Diogo Machado muito bem apelidou de documento de verdade, credibilidade e rigor, questiono do que é que resulta este documento e então respondo também de imediato que resulta intervenções ao nível da acção social, ambiente, património, cultura, desporto, educação, juventude, enfim tanta coisa num espaço de apenas dois meses de 1 de Dezembro a 31 de Janeiro.

Mas também quero destacar dois pontos importantes deste executivo que valoriza o trabalho feito por este executivo, que tem a ver com o parque de sustentabilidade e também o alargamento de limpeza e varredura urbana às áreas centrais das freguesias.

Em suma senhora Presidente e senhor Presidente da Câmara, quero mais uma vez expressar a minha satisfação pelo modo como este executivo tem levado a cabo o trabalho que se propôs fazer, no sentido de facto melhorar a qualidade de vida dos aveirenses.

Também queria deixar uma última nota se me permite o Diogo Machado, é que quando ele diz que ninguém falou das comemorações dos 250 anos, por acaso muito humildemente na última Assembleia Municipal falei mesmo disso e deixei vincado que Aveiro, este executivo poderia fazer muito sobre isso e tem feito e vai continuar a fazer.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [079](#)

“Eu gostaria de iniciar esta minha intervenção fazendo referência (eu não sei se o senhor Barbosa já foi embora outra vez), ao tema que ele introduziu aqui, acerca do fenómeno da pobreza.

Estou de acordo com o conteúdo que trouxe aqui a esta Assembleia. Realmente a pobreza é um assunto que nos tem preocupado, não só desde agora mas desde sempre. Enquanto houver pobres, deverá ser para nós um problema sempre a considerar, por isso nunca deveremos estar contentes pelo facto de haver alguns que não têm o mínimo de dignidade para poderem viver a sua vida, mas não posso concordar de maneira nenhuma com a forma como este assunto foi apresentado pelo senhor Presidente da Vera Cruz aqui nesta Assembleia.

Foi posta num modo, como se houvesse uns que eram os bons, aqueles que não têm nada a ver com o assunto e outros os vilões, aqueles que são os maus, aqueles que são os responsáveis, são os outros que são tudo aquilo que está para lá daquilo que é o senhor Barbosa.

E muito estranhei esta sua posição, porque não era essa a ideia que eu tinha do Senhor Presidente da Vera Cruz, que achava eu que até é uma pessoa que se interessa por estes assuntos e que vê também nos outros e que vê na Câmara Municipal e que vê em cada cidadão também a possibilidade de poder ver essas ajudas.

E nós felizmente em Aveiro temos instituições que não desistem de procurar novas formas de ajuda e várias vezes temos referido aqui uma instituição, o exemplo que é as Florinhas do Vouga. E por isso eu gostava muito que também o senhor Barbosa, os seus companheiros de partido, pudessem também reforçar mais esta acção actuante das Florinhas do Vouga no que diz respeito ao apoio que fazem à pobreza, à cozinha social, de continuarmos a apoiar e cada vez mais a cozinha social, de aceitarmos e darmos mais às Florinhas do Vouga que é uma instituição que tem feito muito para ser debelada e ser minimizada a pobreza em Aveiro, a pobreza no Bairro de Santiago.

As Florinhas do Vouga estão a precisar ainda de muito apoio nosso, de todos nós, de todos nós, meu também; e as Criaditas dos Pobres; e a Caritas Diocesana, porque eu não sei se sabem, mas a Caritas Diocesana tem um serviço de passantes! Por isso quer dizer que as pessoas, os sem abrigo tem a possibilidade de poder pernoitar na Caritas Diocesana, tem a possibilidade de poderem tomar um banho, de poderem ter uma muda de roupa. Poderem ter roupa lavada, poderem ter refeições quentes e são estas questões; as Florinhas do Vouga precisam muito e têm lutado muito para poder complementar este serviço da Caritas Diocesana.

E por isso era importante que todos nós, não apontássemos aqui o dedo uns aos outros, mas pudéssemos estar a criar condições, para como é que cada um de nós pode ainda contribuir muito mais para estas instituições e para outras. Porque é muito mais fácil apoiar estas instituições do que apoiar individualmente, ser cada um de nós a apoiar.

E por isso nós cada vez mais devemos pensar em novas formas e por isso quando, - eu volto ao exemplo das Florinhas do Vouga, como podia dar outros exemplos, porque neste momento as

Florinhas do Vouga aquilo que reclamam é exactamente uma casa para poder acolher os passantes, tirar os passantes da rua, dar-lhes essa dignidade. Complementar aquilo que é o serviço da Caritas Diocesana e por isso eu acho que nós não podemos dizer que não, antes pelo contrário, temos que dizer sim. E por isso devemos apoiar aquelas que são as iniciativas das Florinhas do Vouga e apoiar a Câmara quando apoia as Florinhas do Vouga.

Devemos também acompanhar o Senhor Primeiro-ministro quando vem cá inaugurar o edifício das Florinhas do Vouga. Devemos! Mas devemos dizer ao senhor Primeiro-ministro que se existe e neste momento a funcionar desde Agosto de 2008 a casa das Florinhas do Vouga, com um infantário e um ATL para os mais desfavorecidos e eu volto a dizer isto para os mais desfavorecidos, não é porque o Estado subsidie as Florinhas do Vouga porque não subsidia, porque aquilo que o Estado dá às Florinhas do Vouga não dava para terem a casa aberta.

E era isso que nós devíamos denunciar ao senhor Primeiro-ministro quando vem cá fazer estas acções, está a ver? E por isso é que eu fico arreliado da maneira como o Senhor Barbosa colocou aqui esta questão, em que há uns que são os bons e há outros que são os maus. Não, todos nós somos maus quando não estamos a apoiar Instituições que deviam ser apoiadas devidamente e por isso o caso que o Senhor Barbosa aqui trouxe, o caso que o Senhor Barbosa aqui leu, claro que nos arrelia a todos. Eu também li essa notícia! Eu também fiquei desgostado dessa notícia. Eu se calhar podia ter dito as mesmas coisas que essa testemunha disse ao jornal. Realmente para mim que ainda por cima também sou católico eu também fiquei muito arreliado de isso ter acontecido na nossa cidade. Agora vamos todos é tentar ajudar. Eu sei que o senhor ajuda, já disse isso há bocado, o senhor não ouviu, que o senhor ajuda na sua freguesia, está bem? Agora todos nós temos que também fazer essa ajuda e temos que lutar para que exista essa ajuda e não pôr-nos aqui à margem desta discussão, como se houvesse alguém que não ajudasse e esse alguém era a Câmara Municipal de Aveiro, porque a Câmara Municipal de Aveiro, se leu este relatório e eu não vou mais longe que este relatório, este relatório do Senhor Presidente da Câmara fala aqui no programa PARES.

O programa PARES é essencial para dotarmos as nossas diferentes instituições de solidariedade social do mínimo, para poderem apoiar aqueles que eles sabem que merecem o apoio, porque o problema é não somos nós que devemos, que sabemos, são estas instituições que esta Câmara quer apoiar, que esta Câmara quer concorrer a programas nacionais, para podermos apoiar estas instituições.

Quando a Câmara promoveu o primeiro certame de Aveiro Social, isto tem muito a ver exactamente para dar a conhecer ao cidadão aveirense e a todos nós que são estas instituições que anonimamente já estão no terreno e que fazem este apoio.

Se calhar não demos o devido valor a estas iniciativas. Devíamos ter dado, está na página 17. Quando falávamos, quando está aqui a referência aos programas de valorização dos bairros de habitação social, era importante que nós pensássemos o quão importante é nós fixarmos as pessoas no seu bairro. Gostarem do seu bairro, gostarem dos seus vizinhos, gostarem das suas casas. Isto é muito importante. A pobreza só se combate, se nós criarmos famílias e se essas famílias poderem apoiar-se e apoiar toda a sociedade e a sociedade tem que ser estratificada na família. Nós muitas vezes esquecemos das famílias. Achávamos que as famílias não são de maneira nenhuma importante. Aliás nós somos uns retrógrados por defendermos a família. É ao contrário, nós estamos a minar a sociedade. Nós estamos a fazer com que cada vez haja mais marginais, porque é a família que conhece as pessoas. São os pais que conhecem os filhos. São os filhos que conhecem os pais. Vamos dotar os pais e os filhos das condições para poderem eles sim ser a base da sociedade e deixarmo-nos e de fazermos com que não haja tantas pessoas que possam viver e morrer nas condições degradantes em que aconteceu também na nossa cidade.

Há mais programas aqui, há a rede social de Aveiro, está na página 12. Há o projecto famílias em risco, que também cá está e por isso muitas outras iniciativas que esta Câmara Municipal

de Aveiro e podemos dizer assim, é pouco? É verdade é pouco. Há muito a fazer? Há, mas é com a colaboração de nós todos, com as juntas de freguesia, com os membros da Assembleia Municipal e com a Câmara Municipal, com a sociedade civil.

E é isto que esta Câmara tem feito e por isso lamento o tom da maneira como o senhor Presidente da Junta da Vera Cruz introduziu este tema, mas tenho a certeza que não o quis fazer dessa maneira, quis levantar o problema, e se quis levantar o problema, aí tem também a minha solidariedade e a minha voz para que este problema realmente seja ouvido por todos no sentido de poder ser resolvido o mais depressa possível e da melhor maneira possível.”

Vogal João Barbosa (PS) [080](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [081](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [082](#)

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) [083](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [084](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [085](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira [086](#)

“Antes de mais senhora Presidente, senhores deputados muito boa noite a todos. Se calhar já deveria dizer bom dia, já passam 40 minutos da meia-noite, de qualquer maneira gostaria então de responder a algumas das questões que foram colocadas por vossas excelências.

Há aqui duas questões que foram colocadas numa altura em que eu não estava presente, de qualquer maneira eu tentarei respondê-las e tentarei esclarecer na medida do possível.

Julgo que o senhor Presidente da Junta da Vera Cruz fez referência a um não pagamento de duodécimos de 2005. Aquilo que eu vos queria transmitir é que não se tratam, nem nunca se poderiam tratar de duodécimos de 2005, uma vez que tal foram pagos, poderão tratar-se de duodécimos relativo ao ano de 2004.

De qualquer forma tal referência nunca foi aprovada em reunião de Câmara, como o Senhor Presidente sabe e portanto aquilo que eu lhe posso transmitir é que se não os receberam, tal dever-se-á exclusivamente ao seu camarada que foi Presidente da Câmara e que provavelmente o terá enganado.

Foi feita também uma referência, julgo que pelo deputado Regala, relativo às escolas do município. Senhor deputado, eu apenas gostaria de transmitir algumas situações. Julgo que terá falado de algum mau estado, alguma falta de salas e das questões das cantinas.

Posso-lhe dizer o seguinte, quando a Câmara em 1997 (julgo eu) iniciou o processo de transferência das EBI e jardins-de-infância para a sua posse, vivíamos um tempo muito diferente daquilo que vivemos hoje, com competências e com atribuições nas escolas muito diferentes, daquelas que se vivem hoje em dia.

E faço menção a duas realidades que ocorreram de lá para cá. A primeira teve a ver com um processo de generalização de refeições do primeiro ciclo e jardins-de-infância e a segunda nas actividades de enriquecimento curricular, tendo começado pelo inglês numa fase inicial.

Pois bem por muitas dificuldades que sejam e que estejam impostas, a verdade é que na data de hoje nós temos fruto, ou daquilo que é feito nas escolas ou dos protocolos estabelecidos, cobertura de 100% em termos de primeiro ciclo e 87% em termos de jardins de infância, no que respeita ao serviço de refeições que é prestado às crianças, com acompanhamento de uma nutricionista, o que dá garantias em relação a este processo.

Em relação às actividades de enriquecimento curricular, as mesmas como é do conhecimento público ocorrem no primeiro ciclo em todas as escolas.

Eu gostava de transmitir ao senhor deputado que o recorrer a monoblocos é de facto uma solução de recurso, mas é uma solução de recurso que a Câmara teve que adoptar num

período em que os processos de candidatura ao terceiro QCA estavam encerrados e que o quadro comunitário de referência estratégico nacional ainda não tinha aberto.

Posso-lhes dizer no entanto que esta Câmara no último quadro, no terceiro QCA, conseguiu ainda a aprovação do jardim-de-infância das Barrocas, por isso mesmo conseguiu esse anseio para a freguesia da Vera Cruz.

Dizer-lhes algo que complementarei mais tarde, mas que em referência às questões de construção de escolas, neste momento na região de Aveiro enquanto tal, só está em construção uma escola no terreno.

O senhor deputado falou já numa altura em que eu estava presente sobre compromissos. Senhor deputado a primeira coisa que é feita em termos de início de ano, são os cabimentos de todos os compromissos e portanto quando diz que há um desfasamento entre pagamentos e compromissos, na realidade é exactamente isso que acontece, todos os compromissos que transitam de um ano para o outro, são das primeiras coisas a ser realizadas, portanto é natural que isso aconteça e dou-lhe um exemplo, estão comprometidos já onze milhões de euros para a construção da pista de remo, que como sabe o que foi gasto agora foi em compras de terreno e em estudos e portanto só para ter esta noção, julgo que não deverá seguir muito por esse caminho, sempre com a análise aos compromissos. De facto é uma situação, os compromissos devem ser muito bem calculados, até porque pesam em termos orçamentais no valor total do orçamento, mas devem ser analisados à luz própria e não tentando distorcer dados de final de ano com inícios de ano porque não pode fazer isso.

Houve um senhor deputado (agora não me lembro quem foi que falou de parques infantis, de facto é uma lacuna que nós temos sentido no nosso concelho. Já foram durante este mandato, que nós tenhamos conhecimento e com a nossa colaboração e as Juntas de Freguesia, dois parques infantis já foram realizados. Muitos falta por realizar, é de facto uma lacuna e que todos temos essa noção e teremos que procurar colmatar.

Senhor deputado António Rodrigues, julgo que falou sobre a questão da festa de final de ano e a festa de São Gonçalinho. Quanto à festa de São Gonçalinho não lhe posso dizer que o que nós fazemos e acho que já tem sido desde há muito tempo, aquilo que atribuímos foi um subsídio de 7.500 euros, reduzimos bastante nos subsídios que eram atribuídos em mandatos anteriores. Quanto à festa que nós fizemos foi uma festa que obedeceu em termos de procedimento a um ajuste directo, regime geral com consulta a três entidades.

Quanto à questão dos juros do empréstimo, senhor deputado eu não posso estar em todas as Assembleias a falar do mesmo, isto já foi tratado várias vezes, já foi transmitido isso em várias vezes.

Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, em relação à parceria pública ou privada; a mesma posso lhe dizer que estamos em fase final da conclusão do estudo de viabilidade económica. Posso lhe dizer também que para gáudio de muitos e do próprio Partido Socialista o governo já falou em viabilidade para este tipo de soluções e portanto brevemente nós poderemos ter uma alteração do regulamento que permita várias candidaturas de várias parcerias. E não existe, há data de hoje não existe.

O projecto “Lifecycle” apenas e só duas notas. Em relação às BUGAS, dizer-lhes que as BUGAS estão incluídas no projecto. Obviamente o projecto não tem a ver com a disponibilização de bicicletas ao cidadão. Tem a ver com as vias, mas isso o Dr. Miguel com certeza irá falar.

Senhor deputado fez muito bem em colher as minhas declarações. Nada mais acertado, eu julgo que as minhas declarações fazem e farão sempre sentido. O nosso modelo, em termos de modelo de sustentabilidade é um modelo insustentável num futuro próximo, por isso foi alterado em todo o território europeu; e se repararem as cidades que tinham este modelo de gratuitidade já não o têm, eu dou o exemplo de Copenhaga, que é um exemplo em que de facto existe um mercado comercial e um mercado de utilizadores de bicicleta incomparavelmente superior ao nosso e mesmo eles tiveram que o alterar e portanto pode com certeza continuar a

usar as minhas declarações porque elas estão muito correctas. Porque é que nós não mantivemos os parques? Posso lhe dizer que ao fim de dois meses tinham desaparecido 50 BUGAS, portanto nós preferimos não continuar a delapidar o erário público.

Senhor deputado só em relação à estratégia para distribuição da água. Esta é muito simples. Nós queremos que a água chegue em quantidade suficiente e com qualidade à casa das pessoas. Só lhe queria dizer também uma coisa, é que gostava que não insistisse só em falar do pormenor da água, porque temos que falar também do pormenor das águas residuais e dos resíduos, que são dois problemas que temos.

Modelo de QREN. Eu gostava de fazer uma pequena referência a isso, porque acho que o governo e se calhar os portugueses quando avaliarem este governo final do seu mandato, terão que olhar muito bem para esta área.

A baixa de taxa de execução, não se deve a qualquer fenómeno estranho. Deve-se muito e simplesmente a um modelo de implementação deste quadro de referência estratégico.

O senhor Primeiro-ministro há dias esteve como sabem de visita à nossa região e ficou muito estupefacto com a baixa quantidade e posso lhe dizer, de escolas que estavam a ser efectuadas. De facto isso deve-se tão só e tão simplesmente ao modelo de implementação do quadro estratégico de referência. O processo, que foi um processo político, claramente politico de centralização dos processos, dos procedimentos, foi de forma a condicionar todas as candidaturas a uma avaliação puramente política em termos centralizadores e isso, esse resultado vê-se na prática.

Se calhar na última década, o principal motor de crescimento do país foram as autarquias. Foram as autarquias que mais investiram e com maiores níveis de produtividade que foram conseguidos. O que este governo conseguiu foi estrangular essa capacidade de investir essa capacidade de inovar. E portanto quando formos a avaliar o processo do QREN, esta baixíssima taxa de execução, muito se deve a este procedimento meramente político.

O senhor deputado falou da questão do aterro e dos pombos e das gaivotas. O Dr. Miguel com certeza irá falar sobre isso, mas julgo que aquilo que principalmente nos pode apontar foi de conseguirmos encontrar uma solução para fechar o aterro e ainda continuar produzir lá bio-gás.

Quanto às transferências para os clubes, apenas transmitir-lhe que as mesmas só podem ser feitas por contratos de programas e portanto isso é o que está definido por lei.

Quanto ao empréstimo, será apresentado um relatório conforme está previsto na lei.

E por último senhor deputado Miguel Fernandes, só para lhe transmitir que os processos de injunção, devem-se apenas e só a um facto, nós tínhamos dividas de algum tempo e as pessoas quando souberam da aprovação do empréstimo, de imediato em vez de falarem com a Câmara, colocaram um processo de injunção não sei porquê. E aquilo que nós fizemos foi apenas e só o mais rapidamente analisarmos esse projecto.”

Vereador Caetano Alves ⁰⁸⁷

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰⁸⁸

Vereador Carlos Santos ⁰⁸⁹

Presidente da Câmara ⁰⁹⁰

“Ponte das Agrads. Acredito que seja antes de Maio e acredito que ainda lá vai surgir uma tarja a dizer “afinal foi em Maio senhor Maia.” Em Maio ou antes de Maio. Já está aqui alguma cautela portanto as coisas estão todas definidas. Está adjudicada ou está consignada ou foi o empreiteiro ao local. Em todo o momento espera-se que possa vir a começar e que essa tarja lá possa surgir.

Quanto à redução do EMI. Ela vai ter como foi dito um impacto significativo um impacto importante. Há uma redução que rondará entre os 20 e os 33%. E quando os aveirenses agora

receberem neste mês de Março o talãozinho para pagarem o EMI no mês de Abril, vão notar essa diferença.

Como aqui foi referido há pouco, permita-me que dê o exemplo de São Jacinto. Para imóveis avaliados a partir de 2003, um imóvel que tenha um valor de cem mil euros em São Jacinto, é o caso concreto, em 2008 terá pago 400 euros de EMI, em 2009 irá pagar 270 euros, uma redução de 130 euros. Se o valor do imóvel for 200 mil euros, em 2008 terá pago 800 euros, em 2009 irá pagar 540 euros, uma redução de 260 euros. Se for 300 mil, terá pago 1.200, irá pagar em 2009 810 euros, menos 390 euros. Esta foi a forma de encontrarmos em benefício dos cidadãos que consideram um pouco mais de justiça nesta área do EMI.

Quanto à questão que aqui foi já há pouco esplanada e muito bem pelo senhor Vice-presidente da Câmara, à questão dos espaços verdes, só mais uma pequena nota que terá faltado. Falou muito bem da redução dos funcionários, portanto dos menos funcionários naquela área, menos onze funcionários. Temos um aumento significativo das áreas a cobrir. E há outra questão que para nós foi decisiva nesse concurso, foi que queremos respeitar todos os cidadãos, todos que pagam impostos de forma igual. Há muitos e muitos anos, penso que desde sempre, que apenas uma parte dos cidadãos do nosso concelho, os que viviam na cidade, na zona da cidade é que tinham os seus espaços arrançados, os outros não tinham. Fizemos a diferença já em termos da varredura que já aqui foi referido. Em termos da equipa de limpeza que vai às Juntas de Freguesia de 15 em 15 dias, colaborar, a todas as Freguesias, a todas as Freguesias. E gostaríamos também de alargar a manutenção desses espaços verdes também a todas as Freguesias. A forma que encontrámos com esta redução de pessoal, com este aumento das áreas, com este respeito por este princípio e a todas as Freguesias e a forma que encontrámos foi de fazer aquilo que é normalíssimo, um concurso público para arranjos de espaços verdes, com maior impacto no centro da cidade, de modo a poder libertar os funcionários do município para poderem trabalhar em todas as Freguesias e ao dispor de todos os cidadãos.

Quanto à Luzoestela, foram dados passos importantes, já aqui falámos nesse processo. Como sabem inicialmente a Luzoestela era propriedade do Estado, da ESTAMO que é uma empresa do Estado, o primeiro aspecto positivo foi a alienação que foi feita a um privado e aqui já facilita o canal de contacto, porque não é fácil como sabem lidar com o Estado, porque o Estado não tem face, não tem rosto, assim uma coisa um bocado difícil, foi um passo que foi dado importante. Foi importante também a abertura que encontrámos no privado, para tentar solucionar aquele gravíssimo problema de segurança que ali existia, recordam-se daquelas notícias que vieram nos jornais com muita gravidade. O privado ficou disponível e avançou com o processo de demolição, só que depois no momento em que ia fazer a escritura com a ESTAMO verificou-se que havia lá uma penhora qualquer numas máquinas que lá teriam estado que estava por resolver.

Portanto o que fez atrasar este processo foi, não pôde ser feita a escritura enquanto essa questão, esse litígio lá de penhoras, que lá estava pendente não forem resolvidas no Tribunal. Mas mesmo assim continua a abertura da empresa, porque deu resposta, aquela que era a maior preocupação, a questão da segurança. A partir daí conversámos e eles colocaram vigilância privada lá, estão lá 24 horas pessoas da empresa, a quem a empresa está a pagar naturalmente para evitar aquele que era o maior problema que existia naquela zona.

Quanto ao excesso de zelo dos fiscais da Moveaveiro. Nesta questão do estacionamento honoroso, há um princípio que queremos respeitar, ou há fiscalização e ela é rigorosa e é em todos os lados ou acaba-se o estacionamento honoroso. Não faz sentido nenhum aquilo que existiu durante algum tempo, em que havia estacionamento honoroso e em que uns pagavam e outros não pagavam, isto não era sério.

As indicações que há, que são transmitidas é: estamos a tentar que esse controle seja rigoroso, de forma a que haja igualdade de tratamento para com todos os cidadãos, paga o esperto e paga o menos esperto. Pagam todos, de outra forma não seria justo.

Depois há os excessos de zelo ou aquilo que se chama excesso de zelo, eu quero-vos contar aquilo que se passou uma vez comigo numa das vezes que passei pela Moveaveiro, um exemplo desse excesso de zelo. Mas só para dar essa nota porque às vezes o excesso de zelo tem coisas destas. Há um cidadão que estava indignado porque tinha o talão à vista no seu carro e foi multado. Então foi expressar a sua indignação, porque tinha razão. Só que, não é para divulgar naturalmente mas há indicações para os fiscais anotem todos os pormenores quando se passa a multa, quando põe lá o talãozinho lá à frente e naquele caso o do senhor dizia assim o que estava escrito no talão do fiscal que lá foi, “o senhor tinha um talão colocado no seu pára-brisas, mas o talão respeitava o dia tantos e de tanto a tal e tal hora. Portanto não tinha nada a ver, o talão estava lá é verdade, não tinha nada a ver com aquele momento, com aquela situação. E o mais curioso é que quando a pessoa se confronta a pessoa com isso – ora venha aqui ver. Então o senhor tinha lá o seu carro, a que horas eram? Então mas o talão que lá tinha, esse que tem na mão, ora mostre. Que era o mesmo que o fiscal tinha registado, este talão não tem nada a ver com esta hora nem com este local. É evidente que a pessoa ficou sempre indignada. Fica sempre cheia de razão e de injustiça. Portanto era para dar a nota, que nem sempre aquele minuto em que a pessoa foi e veio corresponderá mesmo a um minuto. É capaz de ser mais do que um minuto. Agora é assim o princípio é este, ou se controla, ou pagam todos, ou vamos acabar com essa questão do estacionamento oneroso.

A questão do aterro, quando é que fecha? Finalmente a pergunta já está feita de um modo directa, quando é que fecha? Ótimo, excelente, é que era uma coisa que se calhar há dois anos não era possível perguntar porque não sabia, não havia previsão nenhuma. Houve aqui a coragem da Assembleia, do executivo em avançar para uma opção concreta, houve essa coragem, avançou-se. Finalmente conforme estava (não sei se o Dr. Pedro Ferreira falou nisto, mas penso que não) o senhor Ministro já assinou, já procedeu à adjudicação, já foi notificada a empresa, portanto o processo está a decorrer com toda a normalidade, dentro de todos os prazos que foram definidos inicialmente pela ERSUC. Está haver um cumprimento escrupuloso por parte da ERSUC pela ERSUC, isto faz-nos antever que finalmente de acordo com essa calendarização definida, este é o fim daquela vergonha que ali temos, daquele aterro sanitário. Começou o princípio do fim.

Eu gosto pouco de datas porque há sempre imprevisibilidade nisto. Está previsto no concurso, há prazos que tem que ser cumpridos, há prazos a definir. Quem ganhou tem aquele prazo para definir, para acabar a obra e eu acredito como tem acontecido até hoje que é a pessoa que irá cumprir todos os prazos e que iremos finalmente acabar com aquele espectáculo triste de quem passa na A25, que é o aterro sanitário. Mas vamos acabar porque houve a coragem de tomar uma posição sobre isso. Tomámo-la, decidimo-la, e ela está tomada e vamos transformar o concelho num concelho ambientalmente sustentável.

Porque não podemos acabar com o aterro de Cacia e de Esgueira sem haver alternativa. Não há alternativa, não há outro local para ir, tem que funcionar lá, tem-se sempre que ir alargando as células todas, não há outra solução. Portanto tinha que ser encontrada a solução.

Diogo obrigado pelas palavras que nos trouxe mostraram o conhecimento da nossa realidade autárquica e sublinho também o apelo que fez ao nosso orgulho, ao orgulho de sermos aveirenses.

Prof. Manuel António Coimbra, questão social. É com agrado, mas com um agrado sentido, mesmo profundo, que eu tenho notado que nos últimos tempos a Assembleia tem-se debruçado através de diversas intervenções aqui para a área social. Penso que é das áreas mais importantes que o município pode ter. Não é sério falarmos em desenvolvimento se nele não conseguirmos ou pelo menos não nos esforçarmos para incluir nele todos os cidadãos, principalmente aqueles que estão em condições mais difíceis de vida.

Da nossa parte, da parte do município, eu não defendo que o município tenha que fazer acção social. O que o município tem que fazer é criar condições para que a sociedade civil, através

das organizações que ela própria cria, possa ter capacidade de resposta para ajudar e para atenuar os problemas sociais. Já aqui foi referido e não procurando que a mão esquerda saiba o que a mão direita faz, é assim, acho que há coisas que tem sido positivas.

A Caritas por exemplo, muito em breve, dentro de dias, agora até nas comemorações da Caritas Portuguesa, esperemos ter uma evolução muito positiva em relação ao Centro de Acolhimento Infantil. Como sabem é um sonho de há muitos anos, esperamos que as coisas se concretizem agora.

Quanto às Florinhas do Vouga, não só no que já está, mas em relação ao futuro e o Prof. Manuel António há pouco levantava a questão de Santiago. Tem havido contactos com a Direcção das Florinhas do Vouga, também esperemos, estamos próximos de encontrar aqui um entendimento também para reforçar ainda mais a actividade que as Florinhas desenvolvem em Santiago. É uma actividade muito importante.

A Cruz Vermelha também vamos ter novidades em breve, muito em breve. Associações como a CERCIIV como sabem já está resolvido. Também andava há doze anos, já tem a solução. O Corpo Nacional de Escutas, o Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, de Eirol, a Paróquia de Esgueira, o Centro Social de Azurva, a Diocese de Aveiro, ASAS, Casa Mãe de Aradas, são instituições com as quais estamos a trabalhar com muito afinco todos, com muito empenho da parte das pessoas responsáveis para criarmos as tais condições, que da nossa perspectiva somos obrigados a criar, para que as associações possam ter forma e meios para desenvolver a sua acção social e contribuir para uma sociedade mais solidária.

Zonas industriais de nova geração. Dr. Miguel Fernandes concordamos plenamente com tudo o que disse e daí que na subvenção global do QREN, como sabem é uma fatia que nós tínhamos, quando podíamos ter algum poder de decisão daquilo que pretendíamos, o alargamento e requalificação das zonas industriais foi uma das áreas onde nós optamos por incluir um valor com algum significado. Na nossa perspectiva este é o caminho que também aqui ataca a questão social ao gerar mais riqueza económica, ao gerar mais riqueza social, estamos também a atenuar essas questões sociais.

Quanto à nova fábrica da Nissan, obrigado pela nota, pela sugestão. Continuamos atentos em relação a esse assunto.

Eixo Estruturante. Aconteceu no Eixo Estruturante cidadania. Aconteceu aqui, a partir das autarquias, juntas de freguesia, a partir dos cidadãos. Aconteceu aquilo que era a maior riqueza no regime democrático. É as pessoas participarem, envolverem-se e responsabilizarem-se também na construção de um futuro melhor para todos. Foi isso que aconteceu, isso só e apenas isso que aconteceu.

Nós Câmara, fizemos apenas e só a sua obrigação. Ouvia, auscultou, os técnicos analisaram, tomou posição, entendeu que devia ser a posição mais correcta, mas o grande mérito aqui está nas freguesias, na Freguesia de Santa Joana, na Glória, em Oliveirinha, em Eixo, em Eirol, em Requeixo, autarquias que se movimentaram, trabalharam, que se esforçaram para que tenha havido acolhimento por parte da IEP, em relação às propostas apresentadas. Este foi um processo lindo, não direi pelo resultado em si, mas pela união que aconteceu aqui e que levou a este resultado.

Sr. Sesnando, a nossa famosa Pateira, a sua e nossa querida Pateira de Requeixo. Queria aqui dar os parabéns também ao senhor Sesnando. É o senhor Sesnando, é a Junta de Freguesia, são os seus autarcas que merecem os parabéns pelo que aconteceu na Pateira.

Eu quero-vos dizer que neste processo envolvemos sempre, sempre, a Junta de Freguesia de Requeixo, sempre que havia alguma reunião, fosse onde fosse e com quem fosse em relação a este assunto tínhamos sempre o gosto de convidar o senhor Sesnando. Quero-vos dizer que todas as pessoas que eu ouvi falar sobre a Pateira, de todos, e ouvi desde Secretários de Estado a Directores-gerais, técnicos qualificados, a única pessoa que nas diversas reuniões que eu tive que me convenceu a mim, porque sabe e conhece a Pateira, e que sabe como é que se resolve o problema da Pateira, é o senhor Sesnando.

É a única pessoa e junto aos técnicos, em frente aos técnicos, na discussão com os técnicos via-se claramente que lá tínhamos uma pessoa pratica, que conhecia a situação. Sabia o remédio para a situação. Por outro lado pessoas enfim com conhecimentos teóricos, com dados muito fundamentados, mas muito distantes da realidade e o senhor Sesnando levou a dele avante. Sempre acreditámos na forma que ele tinha para resolver o problema da Pateira e neste momento se formos à Pateira, é um espaço que é agradável. Não tem nada a ver com aquilo que era há três anos, rigorosamente nada. Está ali muito esforço, muito trabalho e é desta forma assim com o envolvimento das autarquias, das pessoas, nós queremos construir um concelho melhor.

Uma palavra final de agradecimento ao Senhor João Evangelista Rocha de Almeida. Eu fiz uma referência a quem acho que teve um papel importante no processo. Uma nota final em relação ao Senhor João. Agradecer, comungar das palavras que aqui foram proferidas já por todas as pessoas que falaram. Agradecer em termos pessoais toda a atenção que ao longo de muitos anos que a nossa relação já é de há muitos anos, nós somos patrícios.

Agora agradecer pela atenção que tem dispensado. Naturalmente desejar-lhe as maiores felicidades pessoais e familiares e políticas, todas as felicidades e dizer-lhe que pode sair com a certeza daqui que leva pelo menos 50 pessoas que nutrem por si muita consideração. Muito obrigado senhor João.”

De seguida a presidente da Mesa⁰²¹ deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 13 de Março (6.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 02:00 horas do dia 07 de Março de 2009.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:30)